
Desempenho no ano de 1995

*Maria Lucrecia Calandro**

A análise dos índices de produção física revela a trajetória declinante percorrida pela atividade industrial brasileira a partir de agosto de 1995. Outros indicadores utilizados para avaliar o desempenho industrial corroboram essa queda: a redução no número de pessoas empregadas e no número de horas trabalhadas e o menor uso da capacidade instalada.

Os índices regionais sobre o desempenho industrial mostraram desaceleração na atividade fabril, notadamente no segundo semestre de 1995, em todas as áreas pesquisadas pelo IBGE, porém a queda foi mais acentuada no Estado do Rio Grande do Sul.¹

A tendência à desaceleração no ritmo de crescimento da produção industrial gaúcha nos primeiros meses do ano foi aprofundada, a partir do mês de maio, com as sucessivas quedas dos índices de produção física. O desempenho da atividade fabril no segundo semestre evidenciou a persistência da tendência declinante tanto para a produção industrial em nível nacional quanto para o Estado do Rio Grande do Sul. A principal diferença residiu na magnitude da contração da produção física industrial — a queda

* Economista, técnica da FEE.

A autora agradece a leitura atenta e as valiosas sugestões dos colegas do NEI, Maria Cristina Passos, Silvia Campos, André Scherer e Denise Gros, sem os responsabilizar pelas conclusões. Agradece, ainda, à estagiária Vania Alberton pela colaboração no levantamento das informações e na elaboração das tabelas.

¹ O IBGE coleta dados sobre o desempenho industrial de 10 áreas. Em quatro delas, as taxas acumuladas apresentaram-se negativas no final de 1995: Bahia (-0,9%), Região Sul (-2,1%), Paraná (-5,6%) e Rio Grande do Sul (-7,0%). A liderança na expansão da produção industrial regional coube ao Estado de Pernambuco, com a taxa acumulada de 5,8%, seguido de Santa Catarina, com 5,7%. Esse resultado deveu-se, basicamente, ao bom desempenho observado no primeiro semestre, uma vez que, à semelhança do que ocorreu em outras áreas e/ou estados, a produção industrial aprofundou a trajetória declinante no segundo semestre de 1995.

nos níveis de produção da indústria de transformação gaúcha foi mais intensa do que a ocorrida em nível nacional.

Neste texto, propomo-nos a examinar, com base na composição do valor agregado da indústria de transformação gaúcha, as razões para essa diferença na magnitude da queda.

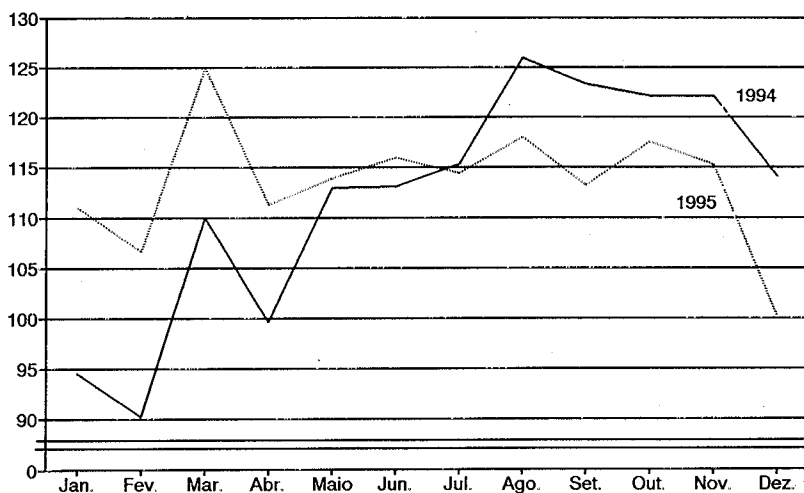
1 - A persistência na trajetória declinante

Após a implantação do Plano Real, a produção industrial brasileira (extrativa mineral mais transformação) apresentou uma notável expansão, com a taxa acumulada atingindo o percentual de 6,1% ao final do ano de 1994. Essa taxa foi resultado da forte expansão ocorrida no segundo semestre, quando a produção industrial cresceu 7,5% em comparação com os primeiros seis meses do ano. A explicação para essa expansão foi o acentuado crescimento na demanda, impulsionado pela redução nas taxas de inflação e pelo aumento do crédito ao consumo. A fase expansionista estendeu-se até os primeiros meses do ano de 1995.

O Gráfico 1 mostra que, no primeiro quadrimestre, os índices de produção física para a indústria de transformação brasileira apresentaram quedas nos meses de fevereiro e abril, mantendo, porém, o elevado patamar produtivo atingido no ano anterior. O índice para o mês de maio revela uma pequena recuperação na atividade fabril em relação ao mês anterior. Entre maio e outubro, as informações do gráfico mostram pequenas variações no ritmo de crescimento dos indicadores da produção industrial, com o nível de produção permanecendo, praticamente, no mesmo patamar. Os meses de novembro e dezembro registraram novas quedas nos índices de produção física, atingindo, neste último, o menor nível.

No acumulado do ano, a produção da indústria brasileira chegou à taxa de 1,7%, sendo que a extrativa mineral foi responsável pelo maior percentual de crescimento (3,1%), e a indústria de transformação apresentou acréscimo de apenas 1,6%.

Gráfico 1

Índices da produção física da indústria de transformação
no Brasil — 1994-95

FONTE: Indicadores Conjunturais da Indústria: Brasil, produção física (1994).
Rio de Janeiro: IBGE, Dez.

Indicadores Conjunturais da Indústria: Brasil, produção física (1995).
Rio de Janeiro: IBGE, Dez.

NOTA: Os índices têm como base a média de 1991 = 100.

O moderado ritmo de crescimento da produção industrial foi, em grande parte, resultado da implementação de medidas de política monetária contencionistas no segundo semestre de 1994.² A forte elevação no consumo, impulsionada pela estabilização e pela redução nas taxas de inflação, aliada ao crescimento nas importações criaram pressões sobre os preços e di-

² A Circular nº 2.496, de 19.10.94, do BACEN, redefiniu as regras de funcionamento dos consórcios; e a Carta-Circular nº 2.511, de 05.12.94, do Banco Central, reduziu a oferta de crédito na economia.

ficuldades na balança comercial. Nesse cenário, o Governo adotou um conjunto de medidas de política monetária restritivas, de modo a evitar que uma explosão de consumo compromettesse o Plano de Estabilização. Essas medidas levaram a reduções, em relação aos meses de novembro e dezembro do ano anterior, no volume de produção no primeiro bimestre de 1995.

Nos meses de janeiro a março, o nível da produção industrial brasileira cresceu a uma taxa elevada, acompanhando a tendência expansionista observada no segundo semestre de 1994, porém o ritmo do crescimento já mostrava sinais de desaquecimento, como resultado das medidas contracionistas adotadas em outubro de 1994. A fase de desaceleração continuada, no entanto, somente teve início em agosto do mesmo ano, como resposta ao novo conjunto de medidas monetárias restritivas.³

A análise dos índices de desempenho da produção industrial, agrupados por trimestres, evidencia a trajetória declinante. A Tabela 1 apresenta as taxas de crescimento, por trimestre, no ano de 1995, obtidas através do confronto dos índices trimestrais de 1995 com os do mesmo período do ano anterior. As informações da referida tabela mostram que a queda no nível de atividade econômica se prolongou ao longo do ano de 1995. É necessário destacar a elevada base de comparação utilizada para calcular essas taxas, que podem acentuar as quedas.

No primeiro trimestre, apesar da desaceleração no nível da produção industrial brasileira, os índices mostraram um crescimento de 15,5% para o total da indústria e de 16,3% para a indústria de transformação, em comparação com igual período do ano anterior.

O desempenho dos índices de produção física para o segundo trimestre confirmou e aprofundou a trajetória declinante da atividade industrial. A taxa registrada pela indústria de transformação apresentou um crescimento de 4,8%, bem inferior ao observado no trimestre anterior. O total da indústria apresentou uma taxa menor, 3,8% .

³ Com o objetivo de restringir o crédito, uma série de medidas foram implementadas. O Decreto-Lei nº 1.469, de 27.04.95, dos Atos do Poder Executivo, alterou as alíquotas do IOF; o Ato Declaratório (normativo) nº 24, de 12.05.95, do Ministério da Fazenda, aumentou o custo do crédito; e a Circular nº 2.580, de 22.06.95, do Ministério da Fazenda, retirou 30% do dinheiro em circulação.

Os seguidos decréscimos na atividade industrial refletem-se nos índices do terceiro trimestre, que apresentaram uma taxa negativa para o total da indústria (-4,4%) e para a indústria de transformação (- 5,2%).

O quarto trimestre aprofundou a desaceleração industrial, com as taxas de crescimento atingindo os seus piores resultados, -6,1% e -7,1% para o total da indústria e para a indústria de transformação respectivamente.

Tabela 1

Taxas de crescimento da produção física, por trimestre, no Brasil — 1995

TRIMESTRES	BRASIL	
	Indústria Geral	Indústria de Transformação
1º trimestre	15,53	16,26
2º trimestre	3,81	4,80
3º trimestre	-4,36	-5,20
4º trimestre	-6,10	-7,05

FONTE: Indicadores Conjunturais da Indústria: Brasil, produção física (1994). Rio de Janeiro: IBGE, Dez.
 Indicadores Conjunturais da Indústria: Brasil, produção física (1995). Rio de Janeiro: IBGE, Dez.

A análise dos índices de produção física da indústria brasileira, agrupados por categorias de uso, permite avaliar os efeitos da contração nos níveis de produção no interior do setor industrial. As informações da Tabela 2 mostram que o melhor resultado foi alcançado pelos bens de consumo, que cresceram à taxa média de 5,7% no ano de 1995. Os bens intermediários e os bens de capital apresentaram taxas de crescimento bastante inferiores, 0,3% e 0,4% respectivamente. Entre os integrantes da categoria bens de consumo, os índices de produção dos bens de consumo duráveis apresentaram um desempenho favorável, com a taxa acumulada atingindo o percentual de 12,0% no

final do ano. Uma das explicações para esse fraco desempenho da categoria bens de capital foi o cancelamento das encomendas de máquinas e equipamentos, devido à concorrência com as máquinas importadas e à inadimplência de indústrias compradoras. Porém a principal causa para a queda refere-se à forte retração experimentada pelo segmento produtor de máquinas e implementos agrícolas, em face das dificuldades enfrentadas pelo setor (CAMPOS, 1995, p.45). A renda agrícola bruta caiu US\$ 846 milhões no ano em análise (REVISTA DE POLÍTICA AGRÍCOLA, 1995, p.9.). Essa perda de receita na agricultura aliada às dificuldades encontradas na obtenção de crédito inibiram as decisões de investimento e contribuíram para a forte contração desse segmento industrial.

Tabela 2

Indicadores conjunturais da indústria, segundo as categorias de uso, no Brasil — dez./95

SEGMENTOS	VARIAÇÃO (%)		
	Mês/Mês (1)	Mensal	Acumulado no Ano
Bens de capital	-3,3	-32,7	0,4
Bens intermediários	0,1	-12,4	0,3
Bens de consumo	0,9	-0,7	5,7
Duráveis	-3,1	-3,7	12,0
Semiduráveis e não duráveis	1,7	0,1	4,1
Indústria geral	-0,4	-11,7	1,7

FONTE: IBGE/DPE/Departamento de Indústria.

(1) Com ajuste sazonal.

Apesar da retração no volume de produção registrada por alguns segmentos das indústrias produtoras de bens de capital, a queda não foi generalizada. A produção de bens de capital seriados para fins industriais e de bens de capital de uso misto manteve expressivas taxas de crescimento.

Em que pese ao movimento geral de decréscimo no ritmo de crescimento da atividade industrial captado pelos índices de produção física, a queda atingiu de forma diferenciada os diversos gêneros. O impacto diferenciado da retração na atividade econômica sobre o desempenho industrial pode ser analisado pelo exame das taxas de crescimento acumulado dos índices de produção física para os vários gêneros industriais.

A Tabela 3 apresenta as taxas de crescimento acumulado dos índices de produção industrial agrupados por gêneros, tendo como base de comparação igual período do ano anterior. As informações evidenciam a trajetória declinante e a magnitude das perdas verificadas na indústria brasileira de transformação. Apesar do moderado crescimento observado para o total da indústria, a maioria dos gêneros industriais registrou taxa de crescimento positiva, com destaque para farmacêutica. Esse gênero apresentou as maiores taxas nos meses selecionados nesta análise: março, 27,0%; junho, 32,3%; setembro, 22,6%; e dezembro 18,2%. O gênero material elétrico e de comunicações também apresentou um bom desempenho, registrando taxas de 20,9%, 21,9%, 18,8% e 14,7% nos meses analisados. Além destes, outros segmentos industriais apresentaram taxas expressivas de crescimento: bebidas e produtos de matérias plásticas, com variação anual de 17,4% e 10,3% respectivamente. As elevadas taxas acumuladas no final de 1995, no entanto, ficaram bem abaixo das observadas no primeiro semestre, refletindo, basicamente, os efeitos da implementação de políticas monetárias restritivas, que levaram a sucessivas reduções e quedas na atividade fabril. Já o segmento de produtos alimentares manteve, praticamente, o mesmo patamar de produção — as taxas de crescimento para os meses em análise foram: 8,6%, 6,2%, 5,3% e 7,2%. Esse desempenho favorável pode ser atribuído aos impactos redistributivos criados pela estabilização de preços, que alterou a distribuição da renda nacional em favor dos 50% mais pobres da população. Adicionalmente, houve uma evolução menor nos preços dos produtos da cesta de consumo da faixa de renda inferior em contraposição à dos mais ricos.⁴

Os gêneros mecânica e metalúrgica apresentaram o pior desempenho, acumulando perdas ao longo do ano. As taxas de crescimento acumulado no final de cada trimestre revelam a desaceleração e a forte contração experimentada pelas indústrias integrantes desses gêneros. A mecânica apresentou as seguintes taxas:

⁴ Para maiores informações, ver **Carta de Conjuntura IPEA**, nº 62, fevereiro de 1996.

março, 30,6%, junho, 19,3%; setembro, 5,5%; e, em dezembro, a menor taxa -4,5%. A queda mais aguda foi registrada pelo gênero couros e peles. Porém, devido à pequena participação desse gênero na composição do produto industrial, esse resultado pouco contribuiu para a formação da taxa global da indústria.

Tabela 3

Taxas de crescimento acumulado da produção física, por classes e gêneros da indústria, no Brasil — 1995

CLASSES E GÊNEROS	MAR	JUN	SET	DEZ
Indústria geral	15,43	9,54	4,60	1,71
Indústria extrativa mineral	6,66	-1,37	1,62	3,10
Indústria de transformação	16,16	10,42	4,82	1,60
Minererais não-metálicos	11,87	11,76	7,56	4,22
Metalurgia	14,19	8,76	3,15	-1,64
Mecânica	30,57	19,34	5,46	-4,52
Material elétrico e de comunicações	20,89	21,89	18,78	14,67
Material de transporte	15,41	14,72	7,02	2,14
Madeira	-2,29	-0,70	-2,94	-3,66
Mobiliário	35,59	25,51	13,50	6,06
Papel e papelão	11,11	8,26	4,22	0,26
Borracha	17,02	16,24	5,57	-0,19
Couros e peles	-11,48	-14,59	-17,37	-16,83
Química	12,41	-1,58	-1,80	-0,45
Farmacêutica	26,96	32,25	22,60	18,15
Perfumaria, sabões e velas	12,14	10,55	9,11	5,33
Produtos de matérias plásticas	30,60	25,83	16,44	10,34
Têxtil	14,90	11,04	0,67	-5,7
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	10,24	5,77	-3,69	-1,96
Produtos alimentares	8,60	6,21	5,33	7,17
Bebidas	43,10	30,58	23,93	17,35
Fumo	5,13	-3,02	-5,82	-4,41

FONTE: IBGE/Pesquisa Industrial Mensal.

A produção industrial no Rio Grande do Sul também apresentou uma trajetória declinante no ano de 1995. Os indicadores do nível de atividade industrial mostraram uma taxa positiva para a extrativa mineral (1,2%) e uma taxa negativa (-9,2%) para a indústria de transformação⁵ (Tabela 5).

O Gráfico 2 apresenta a evolução da produção física industrial do Rio Grande do Sul nos anos de 1994 e 1995. Observa-se que, nos primeiros quatro meses do ano em análise, os índices foram superiores aos registrados no ano anterior. Entretanto, já a partir do mês de abril, a indústria gaúcha passou a enfrentar sucessivas quedas no nível de atividade, apresentando ligeira recuperação nos meses de junho, outubro e novembro sem, contudo, reverter a trajetória declinante.

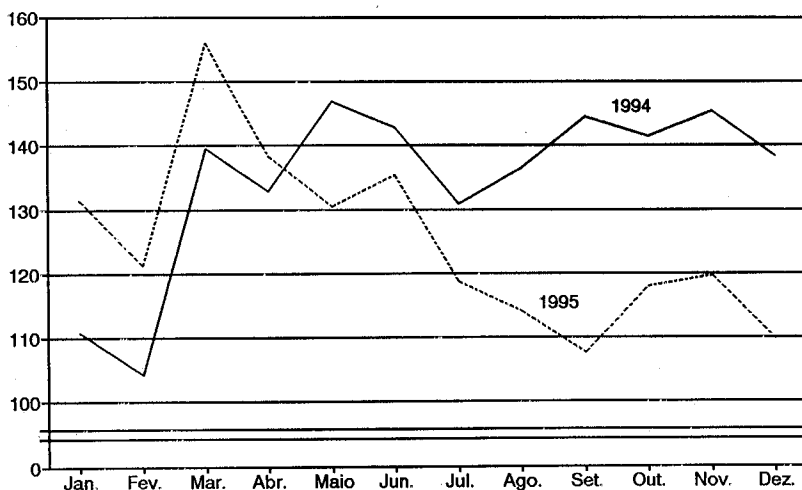
A forte retração da produção industrial no Rio Grande do Sul, em resposta às medidas de restrição ao crédito e também como efeito da elevada base de comparação (segundo semestre de 1994), pode ser observada pela análise dos indicadores relativos à produção física agregados por trimestre.

A Tabela 4 apresenta as taxas de crescimento da indústria de transformação, por trimestre, no ano de 1995, calculadas com base no confronto com igual período de 1994. No primeiro trimestre, a produção da indústria extrativa mineral apresentou um decréscimo de 11,8%, enquanto a indústria de transformação cresceu à taxa de 14,8%. Essas taxas são elevadas porque a base de comparação — primeiro trimestre de 1994 — registrou um percentual pequeno de crescimento da produção industrial. A partir do segundo trimestre, as taxas negativas sucedem-se, levando a um aprofundamento da queda no nível de atividade industrial. Entretanto observa-se uma redução na magnitude da perda no último trimestre. As quedas foram mais agudas na indústria gaúcha do que a observada para a indústria nacional.

⁵ Na análise do desempenho da produção da indústria de transformação gaúcha foram utilizadas as taxas calculadas pela FEE. É necessário ressaltar que as taxas de crescimento diferem das estimadas pelo IBGE. Uma explicação para essas diferenças refere-se ao fato de que se trata de dois agregados distintos. As taxas do IBGE referem-se ao crescimento da produção física, enquanto as taxas calculadas pela FEE tratam do valor agregado pela indústria.

Gráfico 2

Índices da produção física da Indústria de transformação no Rio Grande do Sul — 1994-95



FONTE: Indicadores Conjunturais da Indústria: Regional, produção física (1994). Rio de Janeiro: IBGE, Dez.

Indicadores Conjunturais da Indústria: Regional, produção física (1995). Rio de Janeiro: IBGE, Dez.

NOTA: Os índices têm como base a média de 1991 = 100.

As razões para o aprofundamento da queda no nível de atividade fabril e para a magnitude das diferenças observadas nas taxas de crescimento entre os dois agregados — indústrias nacional e gaúcha — podem ser avaliadas mediante o exame da evolução dos índices de produção física. A análise desses indicadores permitirá verificar de que modo a contração na atividade industrial atinge os vários gêneros industriais do Estado, uma vez que grande parte desse desempenho pode ser explicada pelas peculiaridades da estrutura industrial gaúcha, relativamente mais articulada com a agricultura. Com efeito, os resultados foram mais negativos nos gêneros fornecedores de insumos e equipamentos para aquele setor.

Tabela 4

Taxas de crescimento do produto da indústria de transformação,
por trimestre, no Rio Grande do Sul — 1995

TRIMESTRES	RIO GRANDE DO SUL	
	Extrativa Mineral	Indústria de Transformação
1º trimestre	-11,78	14,84
2º trimestre	5,52	-5,87
3º trimestre	6,56	-20,71
4º trimestre	6,07	-9,19

FONTE: FEE/Núcleo de Contas Regionais.

2 - Desempenho da indústria gaúcha segundo os gêneros industriais

O resultado negativo registrado pela indústria gaúcha de transformação em 1995 é quase todo explicado pelo fraco desempenho do gênero mecânica (-40,60%), quando comparado com o ano de 1994. O impacto dessa queda sobre a formação da taxa de crescimento da produção industrial pode ser melhor avaliado pelo exame da composição do valor agregado da indústria da transformação no Rio Grande do Sul. Em 1994, a mecânica representava mais de 20% desse agregado (Tabela 7 do Anexo Estatístico). A forte retração desse gênero pode ser explicada, em grande parte, pelos fracos resultados obtidos no segmento produtor de máquinas e implementos para a agricultura, determinante para o desempenho do gênero como um todo.⁶

⁶ Estudos anteriores apontaram que o segmento fabricante de máquinas e implementos agrícolas representava uma parcela significativa do gênero mecânica no Estado em meados dos anos 80. Em 1985, a participação do gênero mecânica no total do VTI da indústria gaúcha de transformação era de 11,80%. Ver, por exemplo, Passos e Lima (1992). Pode-se inferir, com base em estudos realizados para as indústrias de máquinas agrícolas, autopeças e máquinas-ferramentas, que essa representatividade tenha se mantido.

A produção de máquinas agrícolas automotrizes apresentou, no ano em análise, um dos piores desempenhos dos últimos 10 anos (Tabela 5 do Anexo Estatístico). Tal constatação é particularmente relevante quando se considera que os dois anos anteriores foram caracterizados pela expansão da produção. Esse bom desempenho e as perspectivas de bons resultados estimularam a realização de novos investimentos ao longo do ano de 1994 e início de 1995. As empresas desse setor iniciaram a implantação de programas de qualidade, técnicas mais modernas de organização, substituição de equipamentos, etc. Esses investimentos levaram a um aumento da produção e do nível de emprego que se estendeu até março de 1995.

O crescimento contínuo dos níveis de produção foi interrompido em abril, em razão dos cortes nas encomendas, dos efeitos das medidas governamentais de restrição ao crédito e do elevado grau de inadimplência dos produtores rurais. Os fabricantes de máquinas e implementos agrícolas reclamaram das elevadas taxas de juros praticadas e reivindicaram a elevação do limite de financiamento do FINAME de 70% para 90% do valor dos equipamentos financiados. A crise atingiu fortemente os produtores gaúchos, que reagiram elevando o número de dispensas e, inclusive, paralisando temporariamente a produção no mês de maio.

Além da mecânica, entre os gêneros mais importantes em termos de participação relativa para a formação do valor agregado da indústria gaúcha que tiveram desempenho desfavorável destacam-se: vestuário e calçados (-9,6%), fumo (-13,8%) e metalúrgica (-10,7%). Esses três gêneros e mais o gênero mecânica são responsáveis por cerca de 44% do total produzido pela indústria no Rio Grande do Sul (Tabela 5).⁷

A produção do gênero vestuário, calçados e artefatos de tecidos, que já tinha se ressentido do processo de abertura da economia e apreciação cambial, foi uma das mais atingidas. O aumento nas importações de têxteis, roupas e calçados foi um dos principais responsáveis pela queda nos índices de produção desse segmento (BOLETIM DE CONJUNTURA, 1995, p.59). No entanto os produtores gaúchos de calçados, polainas e artefatos semelhantes

⁷ Os percentuais relativos à participação de cada gênero no total do valor agregado da indústria de transformação no Rio Grande do Sul, para o ano de 1994, foram estimados pelo Núcleo de Contas Regionais da FEE. Ver Tabela 7 do Anexo Estatístico.

e suas partes (Capítulo 64 da **Nomenclatura Brasileira de Mercadorias**) conseguiram elevar suas exportações no ano em análise.⁸

O segmento de calçados populares, em particular, vem sendo gravemente afetado pelo acirramento da concorrência com os calçados importados. A entrada de produtos chineses no mercado interno, a preços significativamente inferiores, vem deslocando fabricantes brasileiros. Alguns desses produtores, inclusive, passaram a importar e a vender calçados chineses no mercado nacional. Além das dificuldades decorrentes da abertura comercial, grande parte das empresas brasileiras de calçados apresentam problemas na sua estrutura produtiva e na gestão da produção. Segundo estudo realizado pela FEE (CARTA, maio 1995), que analisou o processo de reestruturação e os ganhos de produtividade na indústria brasileira no período 1991-94, o gênero vestuário, calçados e artefatos de tecidos conseguiu uma taxa de crescimento da produtividade de apenas 4,8%, somente superior à observada para o gênero farmacêutica (1,4%) no ano de 1994, enquanto a taxa acumulada para a indústria de transformação ficou em 43,4% no mesmo período. Esses percentuais, no entanto, foram alterados no ano de 1995. O câmbio favorável às importações e a abertura comercial promoveram um intenso processo de reestruturação na indústria brasileira. Algumas empresas fecharam ou faliram, e outras foram forçadas a implementar amplos programas de ajustes que resultaram em consideráveis ganhos de produtividade no período pós-Plano Real.⁹

Outros gêneros que apresentaram, no acumulado do ano, taxas negativas foram: minerais não-metálicos (-15,3%), madeira (-14,8%), couros e peles (-14,2%) e têxtil (-12,7%). Deve-se, no entanto, observar que, apesar da magnitude dessas taxas negativas, o desempenho desses gêneros pouco afetou a taxa registrada pela indústria de transformação, devido à sua pequena participação conjunta na composição do valor agregado (cerca de 8%).

O gênero têxtil passou a registrar, a partir do mês de julho, taxas negativas (quando comparado com igual período do ano anterior). Entretanto a análise dos índices de produção física mensal permite constatar que a queda foi mais

⁸ Ver texto, nesta revista, sobre o setor externo: **O relacionamento do RS com o Exterior**.

⁹ Ver **Carta de Conjuntura FEE**, ano 5, nº 7, fevereiro de 1996.

pronunciada a partir do mês de maio. Este foi um dos gêneros mais atingidos pela política de liberalização comercial e, recentemente, pelas medidas de contenção do consumo. No entanto, dado o tamanho reduzido desse gênero no Rio Grande do Sul, a crise no setor teve pequeno impacto sobre o desempenho da indústria.

Tabela 5

Taxas de crescimento acumulado da produção física, por classes e gêneros da indústria, no Rio Grande do Sul —1995

CLASSES E GÊNEROS	MAR	JUN	SET	DEZ
Indústria extrativa mineral	-11,78	-3,40	-0,30	1,24
Indústria de transformação	14,84	3,50	-4,80	-9,20
Minerais não-metálicos	-3,53	-4,47	-12,60	-15,32
Metalurgia	19,05	10,10	-2,46	-10,74
Mecânica	24,82	-6,68	-28,84	-40,60
Material elétrico e de comunicações	15,75	17,84	23,62	24,54
Material de transporte	53,83	40,17	23,97	6,80
Madeira	2,80	-2,35	-13,67	-14,83
Mobiliário	56,43	47,24	32,19	23,96
Papel e Papelão	9,04	6,19	2,18	1,12
Borracha	29,40	23,39	13,33	4,27
Couros e Peles	-13,80	-14,64	-16,80	-14,16
Química	23,46	9,56	6,06	5,35
Perfumaria, sabões e velas	-8,46	-8,05	-9,95	-7,2
Produtos de matérias plásticas	6,82	2,30	4,01	8,49
Têxtil	21,20	4,02	-6,84	-12,65
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	-6,40	-6,87	-9,27	-9,58
Produtos alimentares	6,42	7,14	7,37	9,04
Bebidas	33,17	5,84	3,27	-1,05
Fumo	-1,90	-8,91	-14,19	-13,76

FONTE: IBGE/Pesquisa Industrial Mensal.
FEE/Núcleo de Contas Regionais.

Quanto aos gêneros que tiveram desempenho favorável no Rio Grande do Sul, o crescimento mais expressivo ocorreu em material elétrico e de comunicações (24,5%), seguido por mobiliário (24,0%) e produtos alimentares (9,0%). O crescimento deste último deveu-se, principalmente, ao aumento na produção de óleo de soja em bruto e arroz beneficiado (INDICADORES IBGE, out.95). Apesar do bom desempenho registrado pelos índices de produção física das indústrias integrantes desses gêneros, esses resultados, contudo, não foram suficientes para neutralizar a tendência à queda no volume produzido pelo total da indústria de transformação.

A forte desaceleração da produção industrial no Rio Grande do Sul e o impacto diferenciado sobre os vários gêneros industriais são resultado de uma série de fatores. Medidas contencionistas, crise agrícola e elevadas taxas de juros, dentre outras causas, acarretaram uma alteração na composição do valor agregado da indústria de transformação no Rio Grande do Sul.¹⁰ O destaque cabe ao aumento de participação do gênero produtos alimentares em detrimento da mecânica, que reduziu sua participação na formação desse agregado.

As estimativas preliminares para o ano de 1996 apontam uma recuperação dos volumes produzidos, impulsionada pela necessidade de reposição dos estoques — sobretudo em setores produtores de bens cuja demanda é mais concentrada nos últimos meses do ano — e pelo abrandamento das restrições monetárias. Contudo é provável que as taxas acumuladas — 1996 em confronto com 1995 — continuem a registrar quedas em razão da base de comparação — primeiros meses de 1995, que apresentaram taxas de crescimento bastante elevadas.

Bibliografia

- BOLETIM CONJUNTURAL (1996). São Paulo, IPEA, n.32, jan.
BOLETIM DE CONJUNTURA (1995). Rio de Janeiro, UFRJ/IEI.

¹⁰ Para maiores informações, ver texto sobre as contas regionais nesta Revista.

- CAMPOS, Sílvia H. (1995). A retomada do nível de atividade industrial: ajuste salarial ou reaquecimento? **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.23, n.4, jan.
- CONJUNTURA ECONÔMICA (1995). Rio de Janeiro, FGV, dez.
- ECONOMIA brasileira cresce 4,2% em 95 (1996). **Zero Hora**, Porto Alegre: RBS, p.18, 14 fev.
- FERRARI, Lídia (1995). Cai o nível de emprego da indústria. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 26 fev., p.A-8.
- INDICADORES IBGE: Brasil-produção física (1995). Rio de Janeiro, out., nov. e dez.
- INDICADORES IBGE: Regional-produção física (1995). Rio de Janeiro, out., nov e dez.
- MARTINEZ, Christiane (1996). Vendas da indústria cresceram 9,7% em 95. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 9, 10, e 11 fev., p.A-3.
- PASSOS, Maria C., LIMA, Rubens S. (1992). Entre perdas e ganhos: apontamentos sobre a indústria gaúcha. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.13, n.2, p.485-517.
- REESTRUTURAÇÃO e ganho de produtividade na indústria brasileira (1995). **Carta de Conjuntura FEE**, Porto Alegre, v.4, n.10, maio.
- REVISTA DE POLÍTICA AGRÍCOLA (1995). Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, v.4, out./dez.
- SCHERER, André L. F. (1994). Indústria em 1994: bom desempenho com a estabilização. **Indicadores Econômicos FEE**. Porto Alegre, v.22, n.4, jan.
- SCHERER, André L. F. (1995). A queda no nível da atividade industrial: recessão ou desaquecimento? **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.23, n.3.
- SÚMULA ECONÔMICA (1995). Porto Alegre, FIERGS, dez.
- ZENI, Daisy D. S. (1995). O setor perde o ritmo. **Indicadores Econômicos FEE**. Porto Alegre, v.23, n.2, ago.